

Segunda-Feira, 12 de Outubro de 2026

Tensão no TSE: ministros relatam desconforto após decisão controversa de Nunes Marques sobre canal pró-Lula

Episódio envolvendo suspensão e restabelecimento do "Exército do Lula" gera mal-estar interno e questões sobre insegurança jurídica na corte eleitoral.

A situação dentro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) atravessa momento delicado marcado por incômodo e desconfiança. A causa é a decisão do ministro Kassio Nunes Marques que ordenou o fechamento do canal "Exército do Lula", espaço criado pelo deputado André Janones (Rede-MG) no WhatsApp. Apuração recente revelou o clima de apreensão que tomou conta da instituição após o episódio.

Horas depois da ordem, o corregedor da Justiça Eleitoral Ricardo Villas Boas Cueva reverteu a determinação, gerando uma rara e incômoda divergência pública entre integrantes da corte eleitoral.

Conforme relatos de analistas, magistrados do tribunal expressam desconforto generalizado. O ambiente interno reflete apreensão e desconfiança em função da ação do ministro Kassio Nunes Marques, que agiu de forma inesperada e causou perturbação no funcionamento normal da instituição.

Duas vias processuais, duas decisões opostas

O episódio envolve paralelamente dois procedimentos distintos — um de natureza judicial e outro administrativa —, cada qual com regulamentações próprias e diferentes. Conforme especialistas explicam, a via administrativa não necessita passar pelo plenário do tribunal, conferindo maior permanência às decisões tomadas por esse caminho.

No sábado anterior, Ricardo Villas Boas Cueva determinou que as partes envolvidas se manifestassem sobre o canal de WhatsApp mantido por André Janones, que naquela época possuía 3,2 milhões de seguidores. A solicitação havia partido da campanha de Flávio Bolsonaro (PL).



Segundo turno intensifica duelo judicial entre campanhas de Flávio e Lula

No dia seguinte, contudo, Kassio Nunes Marques tomou iniciativa pelo processo administrativo e ordenou o encerramento das atividades do canal, justificando que circulavam informações já refutadas pela Justiça Eleitoral — entre elas, conteúdo relacionando Flávio Bolsonaro a grupos armados ilegais e outros assuntos diversos.

Posteriormente, Ricardo Villas Boas Cueva anulou a decisão tomada pelo colega e restaurou o funcionamento do espaço digital.



"Exército do Lula": advogado analisa decisões de corregedor e Nunes Marques

Precipitação e erosão da segurança jurídica

A interpretação predominante dentro do TSE aponta para uma ação prematura de Kassio Nunes Marques em um contexto onde o assunto já estava sendo conduzido sob responsabilidade de Ricardo Villas Boas Cueva, que havia estabelecido cronograma para as partes se pronunciarem.

De acordo com análises internas, o presidente do tribunal agiu antecipadamente sobre processo que já estava sob orientação de outro colega e em trajeto definido, sem que houvesse clareza sobre qual direcionamento seria escolhido pelo magistrado responsável.



Defesa de Bolsonaro comunica Moraes sobre retomada de visitas de Flávio

A avaliação prevalente entre magistrados do TSE indica que o ocorrido provoca incerteza quanto ao amparo legal das decisões e fortalece a desconfiança recíproca entre os integrantes da corte. Consenso interno sugere que o assunto precisa ser resolvido mediante julgamento de forma célere, a fim de restabelecer a confiança institucional.